

Iriarte, A. (2012). O dicionários de tradução: um repositório de amostras de significados. In O. Díaz Fouces (Ed.) *Olhares & Miradas. Reflexiones sobre la traducción portugués-español y su didáctica* (pp. 137-151). Granada, Editorial Atrio.

## **O dicionário de tradução: um repositório de amostras de significados.**

ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN  
Universidade do Minho  
Braga, Portugal

### **Introdução**

As reflexões que se seguem têm por objecto o dicionário, o dicionário bilingue, o dicionário bilingue de espanhol-português e, de uma maneira especial, o seu uso como dicionário para a tradução, como dicionário codificador<sup>1</sup>.

A minha actividade docente (com alunos de tradução e de ensino de línguas) e a experiência que me proporcionou a elaboração do *Dicionário de Espanhol- Português* da Porto Editora (Iriarte Sanromán (coord.), 2008) alertaram-me para a importância das

---

<sup>1</sup> A distinção entre dicionários decodificadores, ou de recepção, e dicionários codificadores, ou de produção, está já consolidada na teoria lexicográfica, embora as editoriais continuem a publicar dicionários supostamente bidireccionais.

Também é importante não identificar dicionário codificador com dicionário onomasiológico, analógico ou conceptual, uma vez que no dicionário codificador não se parte da ideia para fornecer a palavra. O dicionário codificador ou de produção fornece informação sobre o co-texto (isto é, sobre a capacidade combinatória, lexical sintáctica ou semântica) e o contexto (informação de tipo pragmático e retórico) de determinadas escolhas lexicais para transmitir determinadas noções ou conceitos. No dicionário codificador, o lema será uma unidade lexical sobre a qual procuramos determinada informação, e não, como nos dicionários analógicos, uma ideia, um conceito, em forma de sinónimo ou de hiperónimo.

interferências que se produzem no processo de codificação da língua estrangeira no caso de línguas tão afins como o português e o espanhol, com um vocabulário muito semelhante, e até com regras gramaticais também muito próximas. Os casos de interferência e de fossilização de estádios de aprendizagem intermédios é extremamente pronunciado no caso de aprendentes de espanhol com língua materna portuguesa (e vice-versa, embora com nuances que não vamos tratar aqui), inclusivamente em casos de imersão em situações comunicativas reais (espanhóis falantes residentes em Portugal, por exemplo), incidindo de maneira especial na combinatória lexical e no uso pragmático-contextual que se faz de um vocabulário “quase” comum.

### **1. Metalexigrafia**

A maior parte dos linguistas assume que a lexicologia estuda as unidades lexicais dentro dos limites da língua (*langue*). São tentativas de construir modelos descritivos centrados, por exemplo, nas regras gramaticais ou na existência de supostos universais semânticos.

Na linguística aplicada (tradução, ensino de línguas, lexicografia, etc.) há outras estratégias que poderão ser mais interessantes. Assim, no caso concreto da lexicografia, são ultrapassados os limites do sistema (do modelo) para tratar também de fenómenos da fala (*parole*). De facto, os chamados correntemente dicionários de língua não são, em rigor e do ponto de vista estritamente linguístico, dicionários da *langue*, mas de *parole*, isto é, não apresentam análises exaustivas da estrutura semântica das unidades lexicais. Um dicionário deste género seria uma espécie de “dicionário para linguistas”, um “léxico teórico” (Mel’čuk, 1984: 4) que responderia a um determinado modelo teórico (Alonso Ramos, 1993: 89 e 233), seria um dicionário de língua, ou “dicionário linguístico”, que, ele sim, seria não um dicionário de sentidos, mas um dicionário de significados, entendendo por significado o hipotético conjunto das invariantes comuns aos diferentes sentidos (Wierzbicka, 1985: 83), se é que realmente isso é possível.

Mas as obras lexicográficas que conhecemos e utilizamos no dia-a-dia são compilações, repositórios, de usos linguísticos consolidados pelas diferentes comunidades de falantes, “amostras de significados” que as palavras adquirem em determinados

contextos, face a outras potenciais formas, perfeitamente possíveis no sistema do ponto de vista das regras gramaticais, mas não consolidadas na norma ou normas culturalmente favorecidas. Este dicionário é concebido como um instrumento, um objecto prático, cuja finalidade não será a construção de hipóteses sobre o funcionamento da linguagem ou de uma língua particular, ou a análise e descrição exaustiva de uma língua, labor que corresponde mais ao gramático ou ao semanticista (Bosque, 1982: 116).

Contudo, o facto de o objecto do dicionário não ser uma abstracção de laboratório, isto é, de não descrever a *langue*, não deveria presumir uma subvalorização do dicionário como produto, no que diz respeito à prática da lexicografia, assim como também, quanto aos aspectos teóricos, não deveria presumir a impossibilidade de construir, dentro do marco da linguística aplicada, uma teoria que oriente a descrição lexicográfica de uma língua e que caminhe no aperfeiçoamento do dicionário como instrumento de investigação científica.

É necessário que os dicionários deixem de ser produtos feitos segundo a intuição<sup>2</sup> do lexicógrafo para passarem a ser elaborados segundo princípios teóricos e metodológicos previamente estabelecidos. O autor de dicionários deverá construir as suas próprias teorias sobre o léxico e metodologias particulares fundadas nessas teorias, e não limitar-se a fazer extrapolações a partir da linguística teórica, nomeadamente quando entendida como gramática teórica (isto é, centrada nos princípios genéricos imanentes à linguagem humana e de maneira especial na sintaxe), exigindo-se ao trabalho lexicográfico e metalexográfico o mesmo rigor científico que o que presumivelmente se exige ao linguista na descrição gramatical.

Essa reflexão teórica (prévia, mas também paralela à actividade prática de elaborar dicionários) sobre como se deverá fazer a análise lexicográfica dum língua deverá centrar-se de maneira especial na análise lexical, semântica e pragmática, incluindo também aspectos do chamado conhecimento enciclopédico.

---

<sup>2</sup> Evidentemente, muitas dessas intuições, das rotinas e das estratégias utilizadas durante séculos de prática lexicográfica, constituirão, após uma análise apurada sobre a sua pertinência, uma parte importante destes princípios teóricos e metodológicos que, dentro ou fora do marco teórico da linguística geral, deverão reger a elaboração de dicionários (Wierzbicka, 1985: 11).

## 2. Dicionários de *langue* ou dicionários de *parole*?

Apesar da importância que para a teoria linguística do século XX tiveram os conceitos saussureanos de *valor* e de *sistema* (Saussure, 1992), a linguística estruturalista (em sentido lato) pareceu esquecer que os chamados significados das palavras não são mais do que, como nos lembrava Hjelmslev (1976: 62), significados contextuais isolados artificialmente e que muitas estruturas linguísticas se caracterizam pelo seu carácter holístico.

Como sabemos, muitos dos problemas de ambiguidade lexical ou de polissemia de que se ocupa a linguística teórica são só potenciais, praticamente inexistentes no discurso. Na maior parte dos casos, as possíveis ambiguidades ficam resolvidas pela informação que proporciona a própria estrutura linguística em que ocorre a unidade lexical (co-texto) ou, se não for o caso, será o contexto situacional o que nos dará a chave para escolher entre as várias possíveis interpretações de uma palavra ou de uma estrutura.

Mas, durante a maior parte do século XX, os paradigmas dominantes na linguística (ou gramática) descritiva centram as suas análises de maneira especial na sintaxe e consideram a oração como unidade-chave na descrição linguística. Isto apesar de que, como escrevem Gregory e Carroll (1986: 141) não falamos (não nos comportamos linguisticamente) por meio de palavras isoladas ou por meio de orações. A oração é uma unidade de tipo sintáctico construída pelo gramático.

Também duvidamos de que tal unidade seja o texto, de que falemos por meio de textos (*ibidem*). Se existir realmente alguma unidade de uso da língua, essa unidade é de carácter semântico, mas semântico entendido aqui no sentido morrisiano<sup>3</sup>, uma unidade de

---

<sup>3</sup> Para Ch. W. Morris (1985: 31-32; 43-54), na semiótica linguística, a *sintaxe* ocupa-se do estudo dos textos do ponto de vista fonético-fonológico, morfo-sintáctico e semântico-intensional (isto é, das relações dos signos com os seus *designata*). A *semântica* ocupa-se, no modelo morrisiano, das relações semântico-extensionais do texto, ou seja, das relações dos signos com os seus *denotata* (*idem*: 55-66). Trata-se, portanto, duma semântica referencial. Por último, a *pragmática* estuda as relações existentes entre o texto,

significado referencial<sup>4</sup>. Concebemos essas unidades da mesma maneira que faz a terminologia, como estruturas lexicais que estão estreitamente relacionadas com estruturas de conhecimento.

Falar não é um acto puramente criativo, no sentido de que cada vez que utilizamos a linguagem combinamos (utilizando as regras do sistema) livremente e de maneira inovadora os signos, as unidades, de que dispomos. Reproduzimos de uma maneira muito mais frequente do que possa parecer estruturas lexicais pré-fabricadas, como afirmava Casares (1992: 225), ou institucionalizadas, isto é, formalmente fixadas, semanticamente especializadas e sancionadas pelo uso, que funcionam como unidades armazenadas no nosso léxico mental (Corpas, 1995: 35-36). Falamos, pois, por conjuntos de palavras (mais do que palavras isoladas) fazendo um uso limitado das possibilidades combinatórias da língua, com as consequentes dificuldades que isso representa para a linguística teórica e para a lexicografia (Mel'čuk, 1998: 23).

Do ponto de vista lexicográfico, esta concepção pluriverbal da unidade de uso linguístico coloca alguns problemas de índole prática:

- quais combinações lexicais devem ser recolhidas no dicionário e quais não (por se tratarem de estruturas de unidades lexicais livremente combinadas)<sup>5</sup>;
- onde recolher, se for o caso disso, tais combinações pluriverbais: na macroestrutura (como lema ou entrada) ou na microestrutura?
- sob que entrada deverá ser recolhida?<sup>6</sup>

---

o seu emissor e o(s) seu(s) receptor(es), isto é, os seus *intérpretes* (*idem* : 67-85), e o contexto de comunicação, ou circunstâncias de uso real -*situação signica*.

<sup>4</sup> Semântica no sentido de que estuda as relações existentes entre a linguagem e a realidade, tal como a entende Óscar Lopes (1972: 40): «A semântica é que institui o estudo das relações existentes entre a linguagem e a realidade (a realidade do senso comum ou a realidade das ciências actualizadas)».

<sup>5</sup> Isto é: o problema do limite superior das mesmas, que, por vezes, pode chegar inclusive a coincidir com a sua própria descrição (*vd.* Cabré, 1993: 177). Por exemplo, *cópia de segurança* ou *máximo divisor comum* (cf. o espanhol *máximo comum divisor*) devem ser consideradas como entradas lexicais independentes ou não?

<sup>6</sup> Retomaremos esta questão em § 4.

Para além das palavras e dos frasetas (expressões idiomáticas), o dicionário deverá registar fenómenos de co-ocorrência restrita de unidades lexicais, como as colocações, nas quais entram, como mínimo, duas unidades lexicais; mas também (especialmente na lexicografia bilingue) algumas combinações livres (paráfrases) desde que se correspondam com acepções claramente delimitadas (lexemas) na outra língua, ou com combinações lexicais restritas nessa outra língua, isto é, desde que na língua de chegada ou na língua de partida exista um termo correspondente a um conceito diferenciado, fixado e reconhecido culturalmente.

Os compostos (morfológicos ou morfosintáticos) aglutinados numa única palavra (*lusodescendente, aguardente, fisioterapia, passatempo, viandante, malcriado, sobremesa, vaivém, etc.*) não levantam problemas na tradição lexicográfica, porque se consideram como sendo lemas e, portanto, formando entradas separadas. Também não são problemáticas as palavras justapostas separadas (ou unidas) por hífen (*água-de-colónia, caminho-de-ferro, segunda-feira, fim-de-semana, banho-maria, amor-próprio, conta-quilómetros, guarda-costas, limpa-pára-brisas, azul-escuro, verde-garrafa, etc.*). Aliás, muito frequentemente, a prática de grafar com hífen formas compostas não passa de uma convenção lexicográfica que parece não visar senão uma solução para o problema da lematização destes compostos. Um caso flagrante é o de *bilhete de identidade*, incorporado na nomenclatura do *Dicionário da Academia* (Casteleiro (coord.), 2001) sob a forma **bilhete-de-identidade**<sup>7</sup>.

Não acontece o mesmo com outras muitas combinações de palavras que sentimos como formando um composto, embora as escrevamos separadamente, como: *à parte de, azul forte, baixar a cabeça, bom nome, bom gosto, braço direito, cinturão negro, depois de amanhã, em cima, fim de mês, guia de remessa, leite gordo, lentes de contacto, máquina de*

---

<sup>7</sup> A questão das unidades pluriverbais pouco tem a ver com a tradição ortográfica. Cf., por exemplo, *primeiro ministro* (Vilela, 1991, s.v. **salário**) vs. *primeiro-ministro* (Vilela, 1991, s.v. **reunir**); *caminho-de-ferro* (Costa e Melo, 2000) vs. *caminho de ferro* (Figueiredo, 1982) vs. *estrada de ferro* (Costa e Melo, 2000 e Ferreira, 1999), *co-opositor* vs. *coocupante* (Ferreira, 1999) vs. *co-ocupante* (Costa e Melo, 2000); etc.

Sobre o assunto, vd. Mathieu-Colas (1994), Catach (1981), Herculano de Carvalho (1979: 506-507, nota 9), Gomes (2006).

*lavar roupa, ódio mortal, frase feita, opinião pública, terceira idade, terceiro mundo, etc.* São os que Cowie (1983: 104) chama de “nomes compostos abertos”.

Acontece que o dicionário não pode ser concebido como um repertório de unidades atômicas (as palavras) passíveis de serem combinadas segundo as regras gramaticais. Superar esta visão ingénuo do dicionário suporá entre outras coisas ultrapassar os limites da palavra como unidade lexicográfica. Os chamados dicionários de língua, ou apenas dicionários, tal como os conhecemos actualmente, são, como dissemos, repositórios de algumas “amostras” de significados, isto é, dos *sentidos* que as palavras adquirem em determinados contextos, as acepções das palavras, que não são mais do que alguns dos sentidos consolidados pelo uso entre as diferentes comunidades de falantes, face a outras formas potenciais, perfeitamente possíveis no sistema do ponto de vista das regras gramaticais, mas não consolidadas na norma.

### 3. Que unidade lexicográfica usar?

Sendo evidente que o dicionário bilingue, especialmente quando pensado como ferramenta de tradução, deverá recolher combinações lexicais<sup>8</sup>, imediatamente surge a questão de como é que deverá ser feita a selecção e a apresentação deste material lexical: deverá ser recolhido na macroestrutura, em forma de lema? Deverá ser apresentado, dentro da microestrutura, como informação relativa à capacidade combinatória das palavras que conformam essas combinações?

---

<sup>8</sup> Com “combinações lexicais” estou a referir-me a unidades pluriverbais que ultrapassam largamente os limites tradicionais da fraseologia: colocações, unidades terminológicas pluriverbais, sequências memorizadas, estruturas de frase lexicalizadas e, em geral, todo o tipo de co-ocorrências lexicais restritas (ou não-livres), do tipo: *colocar uma questão (plantear una cuestión)*; *apertar o casaco (abrocharse la chaqueta)*; *ir ao quadro (salir al encerado)*; *sorriso amarelo (risa de conejo)*; *cabelo loiro (pelo rubio)*; *ver-se e desejar-se [para] (vérselas y deseárselas [para])*; *colete-de-forças (camisa de fuerza)*; *máximo divisor comum (máximo común divisor)*; *volto já (vuelvo en seguida)*.

Também aos casos de co-ocorrência sintáctica, ou de regime, a que Benson, Benson & Ilson (1986) denominam “colocações gramaticais”: *à tarde (por la tarde)*; *ir às compras (ir de compras)*; *espera por mim (espérame)*; *dar ordem para (dar orden de)*; *é parecido com (se parece a)*; *na realidade (em realidad)*; *um dez a matemática (un diez en matemáticas)*.

A concepção do dicionário a que fazíamos referência no ponto anterior, como repositório de amostras de significado que as palavras adquirem em determinados contextos, assume o princípio de que o significado das palavras não está permanentemente ligado a um significante, mas que dependem dos contextos linguísticos (co-texto) e dos contextos situacionais, isto é, de que as diferentes acepções de uma palavra são, também, os sentidos que essa palavra adquire juntamente com outras unidades lexicais com as que ocorre num determinado co-texto.

Todos intuímos, em maior ou menor medida, que as palavras não funcionam isoladamente. Assim, num enunciado como *O teu animal de estimação*, e a tradução espanhola correspondente *Tu animal de compañía*, não podemos afirmar que ao termo português *estimação* corresponde o espanhol *estimación*. Podemos afirmar, isso sim, que a combinação lexical *animal de estimação* em português (onde *de estimação* equivale a ‘passível de fazer companhia ou de especial predilecção’) equivale à combinação lexical espanhola *animal de compañía* (ou que *estimação* equivale a *companhia* quando estes nomes são combinados com *animal*).

Mas, convenhamos, não é isto a que os dicionários nos têm habituados. Os dicionários tradicionais acabam por dar uma visão redutora dos significados das palavras que recolhem ao desdenhar, na descrição dos significados das mesmas, as relações sintagmáticas que estas estabelecem com outras palavras para actualizar os diferentes sentidos. Sendo assim, se as diferentes acepções de uma palavra podem ser interpretadas como os sentidos que esta adquire em combinação com outras palavras, nesse caso devemos ultrapassar os limites da palavra como unidade lexicográfica, e sugerir como unidade de análise e descrição lexicográficas tais combinações de palavras.

Com efeito, muito frequentemente, os dicionários apresentam como acepção de uma palavra o que, em rigor, é o significado dessa palavra combinada com outras palavras ("ter bom ouvido", como acepção de **ouvido**, é um exemplo, adaptado de Calderón (1994), que há anos utilizo nas minhas aulas), parecendo esquecer que os chamados significados lexicológicos não são mais do que significados contextuais isolados artificialmente, repetindo novamente as palavras de Hjelmslev (1976: 62). Tais acepções são, de facto, combinações lexicais que deveriam ser registadas, em forma de subentradas, na parte

sintagmática ou combinatória do dicionário, o que não acontece na maior parte dos dicionários portugueses. Dos principais dicionários de língua portuguesa, apenas o dicionário de Caldas Aulete (Aulete, 1987, *s.v.* **ouvido**) regista este valor unicamente como locução<sup>9</sup>.

Mas, a verdade é que não é fácil distinguir entre combinações livres e combinações restritas, especialmente quando se trata de colocações (*colocar uma questão*) e de termos pluriverbais (*máximo divisor comum*). Não existem compartimentos estanques, e muitas vezes a classificação vai depender da análise semântica que se faça de cada expressão. Os traços “carácter formal estável” e “especialização semântica”, embora não em termos absolutos, mas numa escala gradual, são os principais conceitos que caracterizam este tipo de combinações lexicais, que poderão corresponder a vários dos conceitos utilizados na literatura sobre o assunto: lexicalização, estabilização, fixação, petrificação, reprodução, institucionalização, idiomaticidade<sup>10</sup>, frequência (Corpas, 1995: 32-53).

Por outro lado, o lexicógrafo depara-se agora com um novo problema: o dos limites superiores destas supostas unidades pluriverbais, que, por vezes, pode chegar

---

<sup>9</sup> **ouvido**, *s. m.* um dos cinco sentidos [...]. || [...] *Ter bom ouvido*, ter boa disposição do órgão do ouvido para perceber os sons, e especialmente os musicais. [...]. (Aulete, 1987, *s.v.* **ouvido**).

**ouvido**, *s. m.* Capacidade de captar e reproduzir sons musicais com precisão, de se aperceber das mínimas faltas de afinação; facilidade em memorizar peças musicais. *Tem uma falta de ouvido aflitiva: para ele, a música é toda igual.* (Casteleiro (coord.), 2001, *s.v.* **ouvido**).

**ouvido**, *s. m.* audição; aparelho de audição; acto ou efeito de ouvir; facilidade em fixar de memória peças musicais, ou em distinguir faltas de afinação; ... (Costa e Melo, 1998, *s.v.* **ouvido**).

**ouvido**. [Part. de *ouvir*] *S. m.* **1.** [...] **2.** [...] **3.** Aptidão para captar com relativa precisão sons musicais ou não, e de reproduzir aqueles sem o auxílio de partitura: *ter bom ouvido*. ... **4.** [...] • [...] **Ter bom ouvido**. Ter fácil percepção de sons, especialmente musicais. (Ferreira, 1999, *s.v.* **ouvido**).

**ouvido** *s. m.* adj. ... *s.m.* **1** [...] **10** Rubrica: Música. boa memória auditiva. **11** Rubrica: Música. facilidade para distinguir sons; musicalidade. • [...] **Ter bom o.** Uso: informal eter boa disposição para perceber os sons; ser dotado de ouvido musical. (Houaiss, 2001, *s.v.* **ouvido**).

<sup>10</sup> Sobre a idiomaticidade das combinações lexicais, *vd. infra* § 5.

inclusive a coincidir com a sua própria descrição (vd. Cabré, 1993: 177). Pense-se, por exemplo, em sintagmas como *cópia de segurança* ou *máximo divisor comum* (cf. o espanhol *máximo común divisor*). Devem ser consideradas como sendo entradas lexicais independentes ou não? A unidade de análise e descrição lexical não poderá ser qualquer fragmento de texto delimitado aleatoriamente. Deverá ter, na medida do possível, um mínimo de autonomia estrutural que permita distingui-la como unidade.

De qualquer maneira, do ponto de vista da prática lexicográfica (especialmente para os dicionários de produção, bilingues ou unilingues), interessa, mais do que as classificações que a lexicologia possa fazer de determinadas combinações lexicais<sup>11</sup>, é como fazer a inventariação, o tratamento e a recuperação de toda a informação relativa às combinações lexicais que não podem ser traduzidas palavra por palavra, de tal modo que o utilizador saiba como utilizá-las (como fazer as combinações correctas) no discurso.

#### **4. Lemas: também as combinações lexicais?**

O facto de as combinatórias lexicais a que nos estamos a referir formarem uma unidade (mais ainda: uma estrutura *gestáltica*<sup>12</sup>, cujo significado não é composto apenas pela soma dos significados das palavras que o conformam) não significa que, na prática lexicográfica todas estas combinações lexicais devam ser recolhidas como entradas independentes: podemos estar perante unidades lexicais, ou unidades lexicográficas, mas não necessariamente perante lemas.

A prática lexicográfica tradicional recolhe este tipo de formas sintagmáticas exclusivamente sob a entrada de uma das palavras que as conformam, utilizando para a sua ordenação ou classificação um critério puramente formal e, em maior ou menor medida, arbitrário, tradicionalmente dando preferência primeiro ao substantivo, a seguir ao verbo, adjectivo, pronome e, por último, ao adverbio, utilizando, por sua vez, envios (na entrada **nuclear**, vd. **reactor nuclear**) e entradas inversas (**nuclear**, **reactor** ou **nuclear (reactor)**).

---

<sup>11</sup> Uma bom exemplo de classificação do fenómeno fraseológico pode ver-se em Corpas Pastor (1995 e 1997).

<sup>12</sup> Vd. Lakoff (1977: 246-247).

No caso das expressões idiomáticas e dos termos pluriverbais (como o exemplo anterior) e contrariamente a esta prática, pensamos que a melhor solução passa pela recolha das expressões sob todas as entradas correspondentes às palavras plenas ou auto-semânticas que as conformam (Tristá Pérez, 1998: 178).

Mais importante ainda (e mais interessante) é o problema da inventariação das colocações, pelo facto de se tratar de combinações parcialmente composicionais, a meio caminho entre as combinações livres e as expressões idiomáticas e pelo facto de que as palavras que conformam uma colocação estabelecem entre elas uma relação orientada em sentido único (Coseriu, 1977: 149), isto é, de a implicação não ser recíproca. Assim, em *ódio mortal* ou em *dar um passeio*, é sempre o nome (*ódio* ou *passeio*) que selecciona o adjectivo ou o verbo. Se desconhecemos como é que se podemos dizer em português que “sentimos um ódio muito intenso ou grande” só poderemos procurar esta informação sob a entrada *ódio*, dado que desconhecemos que é *mortal* um dos poucos adjectivos que em português exprime este sentido<sup>13</sup>. Mas, contrariamente a isto, nos dicionários não é sob a entrada do nome (*ódio* ou *passeio*) que encontraremos, em geral, recolhidas as colocações *ódio mortal* ou *dar um passeio*.

É por esta razão que defendo para as colocações um duplo registo no dicionário: a totalidade da colocação **ódio mortal** aparecerá em forma de subentrada sob o lema correspondente à base da colocação, ou lexema determinante, (**ódio**) e, na entrada correspondente ao colocativo, ou lexema determinado<sup>14</sup> (*mortal*), deverá recolher-se a acepção correspondente ao sentido do lexema na colocação (‘intenso, profundo’), podendo ser recolhida novamente a totalidade da colocação (*ódio mortal*) em forma de exemplo da referida acepção do colocativo:

**ódio** *s.m.* 1. rancor profundo ... ♦ **Ó~ mortal**: ódio intenso.

**mortal** *adj.* 1. sujeito à morte: *os homens são mortais*. 2. que provoca a morte, letal; *ferimento mortal*. 3. intenso profundo; *ódio mortal*.

---

<sup>13</sup> Para Coseriu (1977: 151-152), *ódio*, a base da colocação, é o “lexema determinante” e *mortal*, o colocativo, o “lexema determinado”.

<sup>14</sup> Repare-se como, nestes casos, “semânticamente es el nombre que modifica al adjetivo, aunque gramaticalmente se exprese al revés” (Aguilar-Amat, 1993: 124).

## 5. Não estamos a falar só de expressões idiomáticas

Poderia pensar-se que esta última acepção do lema **mortal** que acabamos de registar deveria ser marcada como sendo figurada:

**mortal** *adj.* 1. ... 3. FIG. intenso profundo; *ódio mortal*.

Porém, estudar a questão da fixação e do uso limitado das possibilidades combinatórias de uma língua, não é necessariamente o mesmo que estudar a idiomaticidade das combinações lexicais. Assim, uma expressão ou combinação mais ou menos fixa (como pode ser, por exemplo, uma determinada colocação - *vinho tinto*, *colocar uma questão* - ou um termo científico ou técnico pluriverbal - *cópia de segurança*, *máximo divisor comum*) não tem de ser considerada necessariamente como sendo idiomática. O comportamento sintáctico das combinações lexicais, no que se refere à sua capacidade para aceitar determinadas transformações só nos fornecerá, obviamente, informação sobre o seu grau de fixação, mas não necessariamente sobre o seu grau de idiomaticidade.

Com efeito, muitas vezes, os substantivos, os adjectivos ou os verbos que se combinam para formar uma colocação são apresentados lexicograficamente como sendo acepções ou sentidos figurados (ou impróprios, ou translaticios). Assim, geralmente são consideradas como variações ou manifestações de um único sentido figurado ou metafórico acepções cujo valor só é actualizado quando combinado com outras palavras. É o caso, por exemplo, do lexema *forte* em: *café forte* (carregado, intenso); *comida forte* (‘concentrado, substanciosa, nutritiva’); *cheiro forte* (‘intenso’); *som forte* (‘elevado de volume’); *vento forte* (‘intenso’); *cor forte* (‘intenso’, ‘vivo’); *razão forte* (‘importante’, ‘convicente’)<sup>15</sup>.

Neste sentido, é relativamente fácil contestar o uso que os lexicógrafos fazem da etiqueta “FIG.” nos dicionários. Vejam-se, por exemplo, os artigos **cabeça** do *Dicionário da Porto Editora*:

---

<sup>15</sup> Assim, por exemplo, Hutchins & Somers (1995: 158), consideram colocações do tipo “pay attention” como sendo “expressões vagamente metafóricas”:

«Se ha abusado del empleo de “expresión idiomática” que suele aplicarse para todo: desde expresiones fijas [...], hasta aquellas vagamente metafóricas como “pay attention” ‘prestar atención’.»

**cabeça**, *s. f.* [...] (fig.) autor; chefe; dirigente; capital; metrópole; frente de um cortejo; inteligência; tino; raciocínio; ... (Costa e Melo, 1998, *s.v.* **cabeça**)

ou artigo **berço** do *Dicionário Houaiss*:

**berço**, *s. m.* ... 5 Derivação: sentido figurado. local de nascimento de uma pessoa, de um grupo ou de um fato que interessam a uma coletividade. Ex.: <Florença foi b. de artistas notáveis> <o b. da civilização> (Houaiss, 2001, *s.v.* **cabeça**)

Em ambos aparecem como sendo acepções figuradas de **cabeça** e de **berço**, respectivamente, sentidos destas palavras que, em geral, serão sempre actualizados em combinação com outras palavras, como em *cabeça de família* ou em *berço do surrealismo*. São abundantes nos nossos dicionários os exemplos de acepções apresentadas como sendo figuradas e cujo valor só é actualizado quando combinado com outras palavras.

Muitas vezes, os próprios dicionários explicitam a palavra com a que se combina o lema em questão para formar essa acepção marcada como sendo figurada. Normalmente é apresentada entre parênteses, ou na própria definição, a través de expressões como “diz-se de”, “referido a”, “aplicado a”, etc.:

**afogado**, *adj.* ... (fig.) não decotado (vestido) ... (Costa e Melo, 1998, *s.v.* **afogado**)

Já a meados do século passado, J. Casares escrevia que seria útil «precisar en qué casos está bien empleada la abreviatura *fig.*, que tanto se prodiga en los diccionarios un poco a la buena de Dios» (Casares, 1992: 108). Com efeito, não é razão suficiente para etiquetar como sendo um sentido figurado uma acepção que se afasta de um suposto “sentido primitivo” da palavra, pois o mesmo acontece com muitas outras acepções de palavras que hoje utilizamos nas línguas românicas, cujos sentidos originários (latinos, por exemplo) desapareceram, ficando como sentido literal o que originariamente poderia ter sido um sentido figurado. Pensemos no caso de *madeira* (< MATERIAM, ‘matéria’) ou no exemplo de Casares, *pessoa* (< PERSONAM, ‘máscara, personagem, papel’). Nestes casos não podemos falar em sentido figurado dado que já desapareceram das línguas neolatinas os “sentidos rectos originais” que possam servir de contraste (Casares, 1992: 109).

Nos casos de combinatória lexical restrita, mais do que pensar em termos de significados transláticos ou extensões dos sentidos literais, deveríamos antes falar, como indica Wierzbicka (1985: 57), em economia, elasticidade e capacidade de adaptação a novas situações e novas conceptualizações da língua natural. Assim, como indica esta

autora (*idem*, 58), combinações livres de lexemas como “*paper flower*” são diferentes de casos como o do composto “*paper cup*” que não é simplesmente um modelo em papel de uma taça uma vez que tem forma diferente, não tem pega, não se usa com pires. O significado de *paper cup* não pode ser inferido a partir dos significados de *paper* e de *cup*, por isso podemos dizer que estamos perante uma nova unidade lexical.

Do ponto de vista lexicográfico, mais interessante do que apresentar variações de um sentido figurado do lexema (*mortal* ou *cego*, por exemplo), será fazê-lo como casos de combinatória lexical restrita (*ódio mortal*, *amor cego*), com valores diferentes segundo o lexema que acompanhar (por exemplo: *ódio mortal* vs. *veneno mortal*). Isto é, apresentá-los como «distintos lexemas del mismo vocábulo, con distintas propiedades semánticas, morfológicas, sintácticas y léxicas» (Alonso Ramos, 1993: 169), o que não implicará, necessariamente, negar a origem metafórica de muitas das combinações lexicais idiossincráticas de cada língua.

### **Conclusão: “diz-me com quem andas e dir-te-ei o que significas”**

O que chamamos acepções, ou sentidos, das palavras vêm determinados tanto contextualmente (pelos seus co-ocorrentes, os seus vizinhos linguísticos) como pragmática e contextualmente. Ou, como dizia Firth, a meados do século XX, de uma maneira mais simples: “You shall know a word by the company it keeps” (*apud* Crystal, 1997, 105).

Contudo, e apesar de que há já um século que Saussure falou dos conceitos de *valor* e de *sistema*, é forte a tentação de esquecer que os chamados significados das palavras não são mais do que, como nos lembrava Hjelmslev (1976: 62), significados contextuais isolados artificialmente; é forte a tentação de não não considerar, na análise e descrição lexical, as relações sintagmáticas (combinatórias) que as palavras estabelecem entre elas para construir os diferentes sentidos.

Isto apesar de que todos aprendemos na escola, ao estudar uma língua estrangeira, que pura e simplesmente “não é possível traduzir palavra por palavra” ou a pesar de que, há quinhentos anos, os nossos lexicógrafos já sabiam que deviam registar nos seus dicionários não só palavras, mas também as combinações de palavras que correspondiam a diferentes acepções latinas:

**casar o homem.** Vxorem ducere.  
**casar a molher.** Nubo, is, nupsi.  
**casala molher.** s.darlhe marido. Elo loco, as, donuptum  
**casalo homem.** s.darlhe molher. Vxoremdo  
Cardoso, 1565 (ca. 1562)

**Cantar el tordo o zorzal.** trutilo.as.avi.  
**Cantar el estornino.** pisito.as.avi.  
**Cantar la perdiz.** cacabo.as.avi.  
**Cantar la tórtola o paloma.** grino.is.  
**Cantar la paloma torcaz.** plausito.as.  
Nebrija, 1516 (ca. 1494)

### Referencias bibliográficas

- AGUILAR-AMAT CASTILLO, A. de (1993) *Las colocaciones de nombre y adjetivo. Un paso hacia una teoría léxico-semántica de la traducción* (tese de doutoramento) [microfichas]. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions.
- ALONSO RAMOS, M. (1993) *Las Funciones Léxicas en el modelo lexicográfico de I. Mel'čuk* (tese de doutoramento). Madrid: UNED.
- AULETE, F. J. Caldas (1987): *Dicionário da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. 5ª edição brasileira, revista, actualizada e aumentada por Hamílcar de Garcia e Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Editora Delta.
- BEACH, W. A., S. A. FOX & S. PHILOSOPH (eds.) (1977) *Papers from the Thirteenth Regional Meeting. Chicago Linguistic Society*. Chicago: University of Chicago.
- BENSON, M., E. BENSON & R. ILSON (1986): *The BBI Combinatory Dictionary of English. A Guide to Word Combinations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- BOSQUE, I. (1982) "Sobre la teoría de la definición lexicográfica", em *Verba*, 9 (1982), 105-123.
- CABRÉ, M. T. (1993) *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries.
- CALDERÓN CAMPOS, M. (1994) *Sobre la elaboración de diccionarios monolingües de producción. Las definiciones, los ejemplos y las colocaciones léxicas*. Granada: Universidad de Granada.
- CARDOSO, J. [Hieronymi Cardosi] (1565) *Dictionarium ex lusitanico latinum sermonem*. Joannus Alvari Typographi [ ]. [1562?].

- CARVALHO, J. Herculano de (1979) *Teoria da Linguagem. Natureza do Fenómeno Linguístico e a Análise das Línguas*. Vols. 1 e 2. Coimbra: Atlântida.
- CASARES, J. (1992) *Introducción a la lexicografía moderna*, Madrid: C.S.I.C. [1950].
- CASTELEIRO, J. Malaca (coord.) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Editorial Verbo.
- CATACH, N. (1981) *Orthographie et lexicographie. Les mots composés*. Paris: Nathan.
- CORPAS PASTOR, G. (1995) *Un estudio paralelo de los sistemas fraseológicos del inglés y del español*. (tese de doutoramento, Universidad Complutense de Madrid, 1994) [microfichas]. Málaga: Universidad de Málaga (Servicio de publicaciones e intercambio científico). [1994].
- CORPAS PASTOR, G. (1997) *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos.
- COSERIU, E. (1977) *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos.
- COSTA, J. Almeida e A. Sampaio e MELO (2000) *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora. 8ª Edição, revista e ampliada.
- COWIE, A. P. (1983) "On Specifying Grammar. On Specifying Grammatical Form and Function", em Hartmann (ed.) (1983), 99-107.
- COWIE, A. P. (ed.) (1998) *Phraseology. Theory, Analysis and Applications*. Oxford: Clarendon Press.
- CRYSTAL, D. (1997) *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge: Cambridge University Press. 2º edition. [1987].
- FERREIRA, A. Buarque de Holanda (1999) *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1982) *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand. 16ª Edição.
- FUENTES MORÁN, M. T. & R. WERNER (eds.) (1998) *Lexicografías iberorrománicas: Problemas, propuestas y proyectos*. Frankfurt: Vervuert/ Madrid: Iberoamericana
- GOMES, M. M. do S. P. (2006) Os Nomes Compostos nos Dicionários Portugueses. O Hífen e a Variação Gráfica [tese de mestrado defendida na Universidade do Minho em 31 de Outubro de 2006].
- GREGORY, M. & S. CARROLL (1986) *Lenguaje y situación. Variedades del lenguaje y sus contextos sociales*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica [1978].
- HARTMANN, R.R.K.(ed.) (1983) *Lexicography: Principles and Practice*. London: Academic Press.
- HJELMSLEV, L. (1976): *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Les Éditions de Minuit. [1966].
- HOUAISS, A. e M. de Salles VILLAR (2001) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objectiva. [1 vol.] [também em CD-Rom].

- HUTCHINS W. J. & H. L. SOMERS (1995) *Introducción a la traducción automática*. Madrid: Visor. [1992].
- IRIARTE SANROMÁN, A. (coord.) (2008) *Dicionário de Espanhol -Português*, Porto: Porto Editora
- LAKOFF, G. (1977) “Linguistic Gestalts”, em Beach, Fox & Philosoph (eds.) (1977), 236-287.
- LOPES, O. (1972) *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª Edição (corrigida).
- MATHIEU-COLAS, M. (1994) *Les mots à traits d'union. Problemes de lexicographie informatique*. Paris: Didier.
- MEL'ČUK, I. A. (1984) "Un nouveau type de dictionnaire: Le Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain", em Mel'čuk *et al.* (1984), 3-16.
- MEL'ČUK, I. A. (1998) “Collocations and Lexical Functions”, em Cowie (ed.) (1998), 23-53.
- MEL'ČUK, I. A., N. ARBATCHEWSKY-JUMARIE, L. ELNITSKY, L. IORDANSKAJA & A. LESSARD (1984): *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain. Recherches lexico-sémantiques I*, Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- MORRIS, Ch. (1985) *Fundamentos de la teoría de los signos*. Barcelona: Paidós. [1938].
- NEBRIJA, A. de (1516) *Vocabulario de romance en latin*. Sevilla. [ca. 1494, Salamanca?]
- SAUSSURE, F. de (1992): *Curso de Linguística Geral*: Lisboa: Dom Quixote [Publicado por Ch. Bally e A. Sechehaye em 1916, versão definitiva em 1922].
- TRISTÁ PÉREZ, A. M. (1998) “La fraseografía y el *Diccionario de fraseología cubana*”, em Fuentes Morán & Werner (1998), 169-183.
- VILELA, M. (1991) *Dicionário do Português Básico*. Porto: Edições Asa.
- WIERZBICKA, A. (1985) *Lexicography and Conceptual Analysis*. Ann Arbor, MI: Karoma.